



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OUVIDORIA JUDICIÁRIA

RELAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO COM BASE NA LEI N. 12.527/2011
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - ANO 2016

Expediente/data	Resumo
0001214-87.2016.8.11.0000 Criado em: 08/01/2016	Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011), solicito saber qual é o procedimento de escolha do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Favor especificar quais são os critérios observados, qual o método de escolha, em quantas etapas o processo é feito, como são avaliados possíveis candidatas e candidatos.
0001215-72.2016.8.11.0000 Criado em: 08/01/2016	Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011), solicito saber qual é o procedimento que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso possui para a designação de magistrados para atuação em cada processo? Favor detalhar prazos e responsáveis. Caso exista uma regulamentação, favor enviar ou indicar o endereço eletrônico para acessa-la.
0009460-72.2016.8.11.0000 Criado em: 29/01/2016	Meu nome XXX e sou pesquisadora na Booth Escola de Negócios da Universidade de Chicago, EUA. Junto com os Professores XXX e XXX, estou fazendo uma pesquisa sobre uso indevido de fundos federais destinados sobretudo à educação, saúde, e combate a pobreza, por municípios e empresas. Parte da pesquisa consiste em levantar as empresas que entraram com pedido/requerimento de falência e/ou reorganização em todo o território nacional, no período de 2000 a 2014. Essas informações serão cruzadas com outros bancos de dados. Os dados, quando disponíveis na internet, permitem a extração da informação em forma de texto. Gostaria de saber se seria possível ter acesso aos dados em formato de planilha para facilitar o uso de filtros estatísticos. Caso os dados não estejam disponíveis online, gostaria de indagar sobre a possibilidade de recebê-los em forma de planilha por email. Os dados que necessitamos são os seguintes: - nome da pessoa jurídica (requerido/réu/etc) - CNPJ (se disponível) - data de entrada da ação (dia/mês/ano) - tipo de ação -pedido/requerimento de falência, reorganização, outros - Comarca e vara - número do processo (se possível). Estamos cientes de que alguns processos correm em segredo de justiça e, portanto, os dados não poderão ser disponibilizados. Desde já agradeço imensamente pela atenção e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.
0010788-37.2016.8.11.0000 Criado em: 01/02/2016	Gostaria de saber a partir de quando são os primeiros acórdãos disponíveis na pesquisa online da jurisprudência. Estou realizando um trabalho acadêmico e essa informação é importante para delimitar o período abrangido.
0013408-22.2016.8.11.0000 Criado em: 04/02/2016	Informações oficiais quantitativas deste E. Tribunal quanto ao nº de processos (1º grau) e recursos (2º grau) distribuídos com o cadastro de classe "Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte" e de assunto "Autofalência", nos termos impostos pelo CNJ para cadastramento dos feitos.
0015654-88.2016.8.11.0000 Criado em: 11/02/2016	Gostaria de saber quantos cargos existem de Juiz de Direito (incluindo-se Juizes Substitutos, Juizes de Direito, Desembargadores, etc.: ocupados, vagos E o total) no TJMT, pois não consegui encontrar esta informação no site.
0015973-56.2016.8.11.0000 Criado em: 11/02/2016	Sou servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, atuo no SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, que responde às questões referentes à Lei de Acesso à Informação. Solicito que me informem se existe nesse Tribunal, conforme estipulado no art. 30 da Lei 12.527/11, a publicação de uma lista de classificação de informações, contendo documentos classificados e desclassificados, com indicação do grau de sigilo, e onde posso encontrá-la no site do TJMT.
0019093-10.2016.8.11.0000 Criado em: 17/02/2016	Assim, pergunto. 1. No âmbito da Justiça do estado Mato Grosso se há varas ou câmaras especializadas em questões de Meio Ambiente? Quais são elas? 2. Quais exatamente competências dessas varas ou câmaras? 3. Além, da competência, existe outro item que as distinga? 4. Qual o critério de seleção de magistrados para essas varas ou câmaras? 5. Essas varas ou câmaras dispõe



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OUVIDORIA JUDICIÁRIA

Expediente/data	Resumo
	de corpo técnico não jurídico (ex.: peritos, engenheiros ambientais etc.)
0031795-85.2016.8.11.0000 Criado em: 08/03/2016	Quantidade de denúncias encaminhadas pelo Ministério Público ao Tribunal e cópias em formato digital ou os números referentes a todas as ações penais abertas em 2013, 2014 e 2015 que tramitam/tramitaram em primeira e segunda instância (que permitam à solicitante fazer uma busca no site), de casos de aborto relativos aos seguintes artigos do Código Penal: 1) Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: (Vide ADPF 54); 2) Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante; 3) Art. 126 – Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54) 4) Art. 127 - Forma qualificada: as penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte. - Quantas foram as condenações de acordo com os artigos do código penal listados acima? Quantas mulheres foram presas? - Em quantos casos foi concedida a pena de suspensão condicional? - Quantas ações foram para a segunda instância? Solicito que as informações sejam fornecidas em formato digital, quando disponíveis, conforme estabelece o artigo 11, parágrafo 5º da Lei 12. 527/2011. Desde logo agradeço pela atenção e peço deferimento.
0034566-6.2016.8.11.0000 Criado em: 13/03/2016	Sou pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e atualmente lido com o tema de transparência pública. Reparei que os dados referentes ao anexo VIII da resolução 102 do CNJ estão disponibilizados em http://www.tjmt.jus.br/folhapagamento/ . Gostaria de saber se é possível ter acesso às mesmas informações remunerações dos magistrados, mais especificamente para cada mês do ano de 2015 - em formato processável por máquina, como XLSX ou CSV, incluindo detalhes sobre rendimentos e descontos.
0056336-85.2016.8.11.0000 Criado em: 23/04/2016	Caro(a) senhor(a) responsável pelo Departamento de Recursos Humanos da Comarca de Várzea Grande, Eu, XXX, inscrito(a) no CPF sob o número XXX, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas – , solicito respeitosamente a Vossa Senhoria, o número de cargos criados, ocupados e vagos no função de Distribuidor, Contador e Partidor.
0065670-46.2016.8.11.0000 Criado em: 10/05/2016	Bom dia, gostaria de saber, com fundamento nos preceitos do artigo 37 da Constituição Federal, como tenho acesso aos atos do conselho da magistratura e do Presidente do TJMT do período de 1989 até 2003?
0095304-87.2016.8.11.0000 Criado em: 04/07/2016	Montante recebido anualmente por magistrados aposentados compulsoriamente, como forma de punição administrativa, desde 2010 (ou o período mais recente possível), discriminados por: - Nome do magistrado - Data em que começou a receber a aposentadoria - Valor recebido no ano
0108766-14.2016.8.11.0000 Criado em: 28/07/2016	1) Existe algum Processo Administrativo de Responsabilização de pessoas jurídicas instaurado conclusivo ou em andamento) no âmbito dessa administração com fundamento na Lei federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)? 02) Se a resposta à pergunta anterior for SIM, favor informar: Nº do processo; data da instauração; data da publicação no Diário Oficial (ou órgão de imprensa oficial); data da decisão administrativa sobre o processo administrativo de responsabilização.
0120704-06.2016.8.11.0000 Criado em: 18/08/2016	Solicitação de informações de caráter pessoal do manifestante. Não disponível para consulta
0129726-88.2016.8.11.0000 Criado em: 05/09/2016	Solicito, por meio da Ouvidoria do Tribunal de Justiça, a indicação de informações referentes à (1) quantidade de servidores que atuam, atualmente, na condição de OFICIAL DE JUSTIÇA; (2) ao número de vagas criadas por lei para esse cargo; e, (3) o número de cargos não preenchidos. E, no caso de existência, (4) o número de oficiais de justiça ad hoc em atividade no Tribunal.
0142917-06.2016.8.11.0000 Criado em: 01/10/2016	Considerando a lei de acesso à informação, gostaria de solicitar a gentileza de encaminhar a pesquisa para o Serviço de Gestão de Pessoas (preferencialmente para equipe de Desenvolvimento de Pessoas) para responderem uma pesquisa com questionário



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OUVIDORIA JUDICIÁRIA

Expediente/data	Resumo
	eletrônico disponível no link https://goo.gl/forms/krAgJEsTsjZM3dQL2 , de modo a permitir que possamos incorporar os dados relacionados às práticas de Órgãos Regionais do Poder Judiciário, e assim contribuir para um diagnóstico sobre as práticas adotadas em órgãos públicos e viabilizar o desenvolvimento da área de TD&E.
0145497-09.2016.8.11.0000 Criado em: 06/10/2016	Dados estatísticos do sistema disciplinar dos servidores do judiciário
0158857-11.2016.8.11.0000 Criado em: 04/11/2016	Relação contendo todos os processos em tramitação e baixados no Tribunal, constando classe; (número numeração única se houver); partes; advogados e julgador.
0163432-62.2016.8.11.0000 Criado em: 14/11/2016	Venho por meio deste solicitar ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso informação atualizada a respeito do quantitativo de servidores públicos, comissionados e contratados dispostos em cada cargo/função de Engenheiro Civil na Secretaria do TJ-MT de Cuiabá, bem como do quantitativo de cargo/função vagos. Desde já agradeço.
0173220-03.2016.8.11.0000 Criado em: 06/12/2016	Nos termos da Lei 12.527/2011, solicitamos acesso a todos os pedidos de acesso à informação feitos ao Tribunal de Justiça do estado do Mato Grosso de 2012 a 2016, bem como às respectivas respostas aos pedidos, aos recursos, às respostas aos recursos e a todos os anexos. Solicitamos, em conformidade com o §3º do art. 8º da Lei de Acesso, que os dados sejam enviados eletronicamente em formato aberto, sistematizados em planilhas, de forma a facilitar a análise. Caso os arquivos sejam muito grandes para serem anexados ao email, solicitamos que se utilize um serviço de hospedagem online como o WeTransfer e que nos enviem os links. Cordialmente, Transparência Brasil.

Observação: No âmbito da Ouvidoria Judiciária, não houve no ano de 2016, informações que foram classificadas ou desclassificadas como sigilosas, nos termos do art. 41, inciso I, Resolução n. 215/2015-CNJ.

Os expedientes relacionados neste relatório podem ser consultados na página do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no endereço: <http://cia.tjmt.jus.br/Publico/ConsultaPublica/>

Publicação em cumprimento ao artigo 30, inciso III, da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e artigo 41, inciso III, da Resolução n. 215/2015-CNJ.

Dados extraídos do Sistema CIA/TJMT.

Obs. Os questionamentos foram transcritos conforme formulada pelo solicitante.